

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Edeson dos Anjos Silva
edeson.anjos@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8369505246135326>

Rogério Drago
rogerio.drago@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8595961404664412>

Gilmar Barbosa dos Santos Filho
gilmarbfilho02@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/6572140817141771>

Claudete Beise Ulrich
claudete@fuv.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/9944681145159594>

RESUMO

Este estudo intitulado “Representações sociais de estudantes com deficiência intelectual: sobre gênero e sexualidade na educação básica”, tem como objetivo geral conhecer e analisar as representações sociais dos alunos com deficiência intelectual sobre gênero e sexualidade na educação básica a partir de uma revisão de literatura, de natureza qualitativa realizado nos principais bancos de teses e dissertações do Brasil; como sustentação teórica, dialogamos com a perspectiva de Serge Moscovici, pois em sua concepção as representações sociais configuram o território do senso comum, no entanto, isso não impede que as mesmas possam ser analisadas e estudadas no campo da ciência, visto que no mundo real, a sociedade, as pessoas respondem às provocações, no sentido de estímulos. Diante disso, planeja-se com este trabalho, propor um diálogo consciente envolvendo gênero e sexualidade de aluno com deficiência intelectual na Educação Básica.

Palavras-chave: Representação social. Deficiência intelectual. Educação básica.

INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido em função das inquietações advindas de nossas práticas pedagógicas como profissionais da educação básica, visto que a concepção que temos de escola é de um local de transformação social, cultural e política, visando o desenvolvimento pleno do estudante (Vigotski, 2021). Outrossim, para melhor compreensão da temática e embasamento teórico-metodológico realizamos uma revisão

de literatura utilizando descritores que abordavam as “Representações sociais de estudantes com deficiência intelectual: sobre gênero e sexualidade na Educação Básica”.

Neste processo, o banco de teses e dissertações da Capes foi consultado, por compreender que contém produções de pesquisadores potentes renomados, já que é um dos principais órgãos promotores de pesquisas no Brasil. Ainda foram consultados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, a Biblioteca Eletrônica Científica Online, a Biblioteca Digital da USP e o *Google Acadêmico*. Durante a pesquisa na Plataforma Sucupira não foram encontradas dissertações e teses que abordassem, na íntegra, a proposta deste estudo, para tanto, foram selecionados alguns trabalhos, explicitados a seguir, que contemplam parcialmente a proposta deste estudo.

No campo da Educação, pode ser analisada a dissertação de Santos (2017), intitulada “A voz dos estudantes com deficiência intelectual: rebatimentos dos tempos de escola na construção identitária”. O objetivo geral deste estudo foi analisar como as experiências escolares de jovens com Deficiência Intelectual interferem na formação da sua identidade. Ainda no campo da Educação, foi encontrada a tese da pesquisadora França (2014), intitulada “Representações sociais de gênero e sexualidade na escola: diálogo com educadoras”. O objetivo desta pesquisa consistiu em investigar a repercussão de uma intervenção pedagógica na modalidade de círculo dialógico sobre as representações sociais de gênero de professoras e funcionárias de uma escola da rede pública da cidade de Campo Mourão-PR.

Na dissertação de Brito (2013), pertencente a área da Educação, de título “Inclusão em educação, Gênero e Sexualidade: Um estudo de caso”. Cujas premissas foram conhecer gênero e sexualidade como construções sociais, culturais e históricas; considerando o termo inclusão em relação dialética com a exclusão como um processo que não se restringe apenas às pessoas com deficiências e como uma luta em todas as áreas da vida humana, buscou-se investigar como os processos de inclusão/exclusão permearam questões de gênero e sexualidade no cotidiano de turmas do ensino fundamental, em uma escola pública da rede municipal da cidade de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro

As pesquisas realizadas para compor a proposta de revisão de literatura demonstraram que não há trabalhos científicos expressivos que abordem especificamente as “Representações sociais de alunos com deficiência intelectual: sobre gênero e sexualidade na Educação Básica”. Este panorama demonstra a necessidade de refletir tais abordagens na formação inicial e continuada dos profissionais de educação para que saibam lidar com as distintas identidades dos alunos, atentando sempre para as especificidades, ou seja, diferentes formas de manifestarem suas sexualidades.

Neste liame, outro ponto importante que este estudo nos alertou está ligado ao fato de diversas pesquisas estarem pautadas na perspectivas dos responsáveis, dos professores, ou seja, de sujeitos ligados ao estudante com deficiência intelectual e não a partir da voz do estudante com deficiência intelectual, isso nos remete a Reis et al (2019, p. 3) quando advogam que “No caso dos sujeitos com deficiência intelectual, prevalece a representação social da incapacidade, contribuindo com a autoimagem inferiorizada, bem como limitada autonomia e participação social”. Isto posto, como propõe Vigotski (2021), devemos compreender o sujeito com deficiência intelectual como um indivíduo histórico e cultural que se constitui e se reconstitui através do meio, do outro, com o outro e um indivíduo que produz e reproduz história e cultura.

Este estudo tem como objetivo conhecer/compreender as representações sociais dos alunos com deficiência intelectual sobre gênero e sexualidade na Educação Básica e como se dá sua articulação no espaço escolar e suas implicações no ambiente familiar.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo é de natureza qualitativa debruçou-se em aportes teóricos de renomes, como sustentação teórica central, escolhemos, a perspectiva de Serge Moscovici. Outrossim, na perspectiva de Moscovici (2005), as representações sociais configuram o território do senso comum, no entanto, isso não impede que as mesmas possam ser analisadas e estudadas no campo da ciência, visto que no mundo real, a sociedade, as pessoas respondem às provocações, no sentido de estímulos.

Desta forma, são impostos, às pessoas, um modelo de representação social de um grupo, ou seja, todos estão interligados culturalmente entre si, podendo construir imagens semelhantes a partir da linguagem, sendo verificado quando Sawala (2004, p. 76) relata que

Segundo Moscovici as Representações Sociais são modalidades de conhecimento particular que circulam no dia-a-dia e que têm como função a comunicação entre indivíduos, criando informações e nos familiarizando com o estranho de acordo com categorias de nossa cultura, por meio da ancoragem e da objetivação. Ancoragem é o processo de assimilação de novas informações a um conteúdo cognitivo-emocional pré-existente, e objetivação é a transformação de um conceito abstrato em algo tangível.

No mesmo contexto, Jodelet (2001, p.22) afirma que a representação social é um tipo de conhecimento que se dá a partir do contexto do sujeito, por isso “[..] é tida como um objeto de estudo tão legítimo [..] devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais”.

A representação social é uma forma de conhecimento construída e veiculada na sociedade, sendo capaz de elucidar posturas e conceitos defendidos por grupos sociais distintos. As interações dos jovens, em particular, apresentam características ímpares, que tornam o campo propício para estudos das representações sociais em pessoas com deficiência intelectual sobre gênero e sexualidade. Sob outro ponto de vista, a representação social, de acordo com Jodelet (2001), exige normas para criação e disseminação; entre os aspectos que devem ser levados em consideração está a cultura, que já possui características estruturais próprias. Soma-se a isso, o partilhamento social, econômico, político e histórico.

Ao vislumbrar no campo da metafísica, Schopenhauer (2015) defende que nada é de fato aquilo que enxergamos, mas sim uma representação do que estamos limitados a ver. Sendo assim, quando aprendemos que é fundamental que temáticas desta natureza sejam discutidas em sala de aula, em destaque, aos estudantes com deficiência intelectual, compreendemos que não podemos limitar informações necessárias que devem estar atreladas à formação social e intelectual desse indivíduo, até porque, nesta conjuntura, estamos discutindo a identidade de um sujeito pós-moderno (HALL, 2016) em que não

devemos categorizá-lo em estruturas limitantes e fixas, mas sim possibilitar a sua inserção em situações que estão voltadas à maioria.

A compreensão das representações sociais em pessoas com deficiência intelectual sobre gênero e sexualidade é um campo crucial para promover a inclusão e o respeito à diversidade. Ao abordar os dois tópicos propostos, é possível explorar como as percepções desses indivíduos são moldadas pelas interações sociais e pela construção de suas identidades. Sendo assim, segundo Foucault (1995) existem dois tipos de sujeito, em primeiro lugar, o sujeito sob o controle e dependência de alguém, que diante desse contexto, as pessoas com deficiência intelectual muitas vezes são percebidas pela sociedade como sujeitos dependentes, sujeitos a um controle mais intenso por parte de cuidadores, familiares e instituições. Essa perspectiva pode influenciar as representações sociais sobre gênero e sexualidade, levando a estereótipos que limitam a autonomia e a expressão individual. É fundamental considerar como tais representações podem reforçar ou desafiar estigmas, contribuindo para a criação de espaços mais inclusivos.

Posteriormente, o segundo tipo de sujeito é aquele ligado à sua própria identidade por uma consciência e autoconhecimento, cujo é essencial reconhecer a capacidade dos indivíduos com deficiência intelectual de desenvolver uma consciência e autoconhecimento em relação à sua identidade, incluindo aspectos de gênero e sexualidade. Portanto, abordar essas representações sociais implica respeitar a singularidade de cada pessoa, reconhecendo suas experiências subjetivas e promovendo ambientes que estimulem a expressão autêntica de sua identidade, como assinalam as pesquisadoras Azevedo (2006) e Oliveira (2009) ao afirmarem que jovens de 15 e 17 anos ao falarem das representações sociais de sexualidade desfrutam de termos como prazer, responsabilidade e sexo.

Finger (1992) nos diz que a sexualidade é motivo de opressão, dor, seja na escola ou local de trabalho, levando o indivíduo, muitas vezes, ser excluído. Autores como Mello e Nuernberg (2012), afirmam que o direito das pessoas com deficiência à sexualidade será garantido a partir do momento em que eles forem contemplados com políticas públicas.

Destaca-se em Alves Mazzotti (2000) a perspectiva de Moscovici que o ser humano se constitui a partir de suas experiências de seu convívio social, ou seja, não absorve e

reproduz nada de forma passiva. E, na visão de Alves Mazzotti (2000), Moscovici sobreleva que as representações sociais não são “opiniões”, mas conceitos construídos em função de um dado contexto social e histórico cultural. Consta-se que as representações sociais não ocorrem de maneira isolada, mas sim a partir das relações que o indivíduo mantém com a sociedade através da linguagem que permite que o novo se torne familiar, viabilizado pelas diferentes formas de comunicação. Moscovici; Nemeth (1974) enfatizam que as representações sociais produzem “comportamentos” em função das relações que o sujeito mantém com seu meio, e isso incide na linguagem, nos valores, em sua soma, em sua constituição cultural.

Em contrapartida, na perspectiva de Deleuze e Guattari (1972), ao discutir a respeito de “Uma Antissociologia das Multiplicidades” do livro “O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia de um ponto de vista antropológico”, propõe uma crítica à sociologia tradicional e apresenta uma abordagem alternativa para compreender as relações sociais no contexto do capitalismo. Nesse sentido, os autores argumentam que a sociologia tradicional se baseia em uma visão essencialista e hierárquica da sociedade, que busca categorizar e classificar os indivíduos em grupos e estruturas fixas. No entanto, eles propõem uma perspectiva antissociológica¹ que valoriza as multiplicidades e as diferenças individuais, em vez de tentar enquadrar todos em categorias predefinidas.

Esse panorama é fundamental para que compreendamos as questões atuais discutidas neste estudo e, ao destacar as multiplicidades, Deleuze e Guattari (1972) evidenciam a singularidade que coaduna com as dinâmicas sociais que envolvem identidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual e outras formas de diversidade. Logo, depreende-se que quando vislumbramos questões nessas esferas, percebemos o quanto

¹ Deleuze e Guattari contribuíram para a perspectiva antissociológica, contestando as estruturas convencionais da sociologia. Em suas obras, como “O Anti-Édipo” (1972), propuseram uma abordagem que questiona as análises sociológicas tradicionais, promovendo uma compreensão mais fluida e descentralizada dos fenômenos sociais, enfatizando a multiplicidade e a singularidade das experiências individuais. Essa postura desafia as estruturas e conceitos sociológicos convencionais, buscando enriquecer o entendimento da sociedade por meio de abordagens diversas e contextualizadas.

a sociedade é composta por estruturas de classes fixas e aquilo que destoa do que é comum ou habitual é visto como algo não representativo.

Neste bojo, promover a discussão de temáticas que atingem esses arcaísmos e limitantes, privam que outras pessoas, que dispõem de outras condições, sejam elas físicas ou mentais, não tenham acesso às informações que lhes devem ser repassadas, não têm acesso à instrução, orientação adequada, visto que a sociedade de estruturas fixas ainda concebe discussões dessa maneira como tabu.

Portanto, compreender a multiplicidade intrínseca à singularidade nas relações sociais também é um modo de começar a entender as representações. É partir do princípio que o que representa a um, necessariamente não se iguala a outro e assim sucessivamente. É desconstruir o imaginário do estereótipo que se tem de uma pessoa com deficiência intelectual a respeito de assuntos que fogem a moralidade, como gênero e sexualidade. E, não somente, mas depreender que essa perspectiva antissociológica pode ser útil para a reelaboração do construto social a respeito desses estudantes, visto que, da mesma maneira em que há a singularidade presente em cada um, consta a multiplicidade de experiências, expressões e identificações neste âmbito. Logo, essa análise faz-se necessária para reconhecermos a importância de combater a imposição de normas e categorias fixas e abraçar as diferenças.

A partir dos argumentos dos teóricos elencados, entre outros interlocutores como: Jodelet (2001), Jovchelovitch (2008), Brasil (2007), Silva (2004), Louro (2007), Auad (2006), Furlani (2009), Santos e Araújo (2009), Deleuze e Guattari (1972) e Foucault (1995) percebe-se a importância de se pesquisar “as representações sociais de estudantes com deficiência intelectual sobre gênero e sexualidade”.

A educação tem um papel fundamental no processo que tange o discurso e a legislação, uma vez que as pessoas com deficiência intelectual são estereotipadas em face do seu psicológico, seu cognitivo e social, assim é essencial e necessário que essas pessoas sejam incluídas em sua totalidade.

Destarte, o estudo “Representações sociais de estudantes com deficiência intelectual: sobre gênero e sexualidade na educação básica” tendo como foco os objetivos

elencados e pautado em um pesquisa qualitativa nos permite compreender os fenômenos e os fatos sociais por meio de outras vias que as tradicionais, ao levar em consideração a voz do sujeito com deficiência, permitindo melhor compreensão da temática em estudo e um alinhamento entre a teoria e a prática da sala de aula, possibilitando melhor compreensão da temática em todas as suas vertentes.

Diante do dito, na pesquisa, de natureza qualitativa, na visão de Bogdan e Biklen (1994), o pesquisador se atenta para as questões que envolvem a parte histórica, os participantes e o ambiente onde todo o enredo é desenvolvido, destacando que a preocupação é entender o que acontece, as diferentes formas de comunicação, enfim, o contexto. Para produção de dados utilizamos trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações e teses) e documentos oficiais que orientam o sistema educacional, o que nos possibilitou tecermos alguns apontamentos.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA NÃO CONCLUIR

Os apontamentos tecidos aqui configuram nossa revisão de literatura, que se deu a partir de teóricos de renomes para sustentação e embasamentos de nossa pesquisa. Como resultados preliminares e não conclusivos face ao inacabamento do ser humano rememorando Vigotski (2021), identificamos a necessidade de compreendermos que as representações sociais, embora pertençam ao campo do senso comum, são concebidas como conhecimento real, ou seja, retratam uma dada realidade. Consoante à isso, por meio das literaturas analisadas, encontramos questões que envolvem gênero e sexualidade de aluno com deficiência intelectual, que na maioria das vezes, sob as concepções dos professores e dos responsáveis/pais, por entenderem que eles não são capazes de manter inter-relações sem a mediação de um responsável sem indicativos a educação especial, desconsiderando que a pessoa com deficiência é um ser histórico, social e cultural, que produz e reproduz história e cultura, de acordo com Glat e Freitas (1996) ao assinalar que “[...] essa arrumação familiar em função do indivíduo com necessidades especiais é fruto de um sentimento legítimo de proteção e defesa desse membro mais frágil no enfrentamento das dificuldades cotidianas entre as quais se incluem a discriminação e a rejeição social” (p.20).

Destarte, segundo Dall 'Alba (1992), os pais, tentando, proteger seus filhos, os tratam como crianças por toda vida, sem levar em consideração que são seres sociais, históricos e culturais., impedindo-os de fazerem parte de forma efetiva do universo adulto. Desta forma “[...] não é ensinado aos deficientes que eles são capazes de tomar decisões e assumir responsabilidades, como também os meios para tal”, fazendo com eles percam o direito de desfrutar de forma consciente de sua sexualidade (DALL'ALBA,1992, p.19).

Para corroborar a fala anterior cabe citar Sampaio (1995), quando menciona que

[...] Os pais, habitualmente observam a manifestação sexual (quando falam em namorar, casar; quando se masturbam, etc.) e continuam negando sua existência, utilizando mecanismos do tipo: tratar a pessoa deficiente mental como criança, inocente; restringir as informações a respeito do funcionamento do seu corpo; basear as orientações oferecidas a respeito do comportamento sexual – quando dadas – em censuras e repressões. Procuram usar de muitos meios para impedir a manifestação sexual e, principalmente, para ser conhecida a ocorrência dela. O que fica visível nesse modo de proceder dos pais é que eles acabam contribuindo, até involuntariamente, para criar mais uma dificuldade na vida dos filhos [...] (p. 24).

Neste ínterim, Pinheiro (2012) e Prioste (2010), alertam que tanto os pais como os professores estão despreparados para lidarem com as questões gênero e sexualidade, tanto dos filhos como dos alunos, privando assim, na perspectiva também, de Bastos e Deslandes (2010), o direito de seus filhos manifestarem sua sexualidade, assim como seus sentimentos de amor e afeto.

Além disso, a partir das leituras, notamos que as representações sociais do(s) sujeito(s) da pesquisa permitem aos pesquisadores, segundo os aportes teóricos, apropriar e interpretar a realidade deles. Sendo assim, percebemos que alguns fatores atravancam o desenvolvimento pleno do aluno com deficiência intelectual nas questões que envolvem sua sexualidade, como por exemplo, as relações de convívio (limitação, preconceito, falta de amor e falta de empatia).

Assim sendo, vale enfatizar que a criação de políticas públicas mais contundentes pode contribuir para desmistificação de que o indivíduo com deficiência intelectual seja concebido como “anormal” e por vezes estigmatizado como incapaz, pois segundo Cury (2016), as políticas públicas baseadas sobre preconceitos reforçam a diferença e deslocam a responsabilidade para o indivíduo.

Em vista disso, cabe a nós profissionais da educação compreendermos que todos os sujeitos são capazes de aprender e se desenvolver como qualquer outra pessoa, independentemente de suas características físicas, mentais ou sensoriais para que desse modo, possamos adequar o ambiente escolar tanto na esfera arquitetônica, quanto na pedagógica, para que o estudante com deficiência, mais especificamente, deficiência intelectual possa desenvolver suas habilidades e competências em seu ritmo de aprendizagem.

Além disso, faz-se necessário, que as problemáticas que envolvem gênero e sexualidade sejam tratadas com equidade, que a escola busque parcerias com os responsáveis/pais, visto que muitos profissionais da educação não se sentem confortáveis e capacitados para abordar/trabalhar esta temática. Diante desse panorama, entende-se que situações dessa natureza podem trazer sentimento de angústia para os responsáveis abordarem este tema de forma franca, dado que muitos persistem em infantilizar seus filhos, mesmo quando estes já alcançaram a fase adulta. Nesse ínterim, cabe citar a Organização Mundial de Saúde (1975 apud Egypto, 2003, p. 15-16) que relata que:

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico.

De acordo com os documentos oficiais que regem a educação, as questões que envolvem gênero e sexualidade perpassam todo espaço escolar, podendo ser observadas nas representações que foram construídas a partir de um meio, seja escolar, familiar e amigos, de forma que cada indivíduo vai construindo sua identidade, identidade esta que deve ser protegida em sua totalidade.

No que confere ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no Art. 6º no inciso II, que “A deficiência não afeta a plena capacidade civil da

pessoa, inclusive para: exercer direitos sexuais e reprodutivos” (BRASIL, 2015, p.14). Vale citar o 8º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015, p.15) ao mencionar que

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura[...].

O Estatuto da Pessoa com Deficiência sobreleva em seu inciso VI do artigo 18º o “respeito à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência” (BRASIL, 2015, p.19), por este, entre outros motivos citados neste estudo, que existe a necessidade de mais trabalhos na área da Educação acerca desse tema, principalmente no que tange aos profissionais da educação. Visto que, nós enquanto professores pesquisadores necessitamos de subsídios para abordar as questões que envolvem gênero e sexualidade, de forma ampla, sem resquícios de pré-conceitos, pois estes profissionais atuam com a diversidade humana no âmbito da instituição escolar, assim esses profissionais devem se despir de qualquer pré-conceito, seja de ordem cultural, social, étnica, religiosa entre outras.

Para que a escola exerça sua função social e promova uma educação com qualidade e equidade, faz-se necessário repensar as práticas pedagógicas inclusivas, dar voz ao estudante com deficiência intelectual, já que ele é um sujeito de direito, e tais direitos se fazem presentes na forma de lei. Por ora, apreciamos a fala de Costa acerca da inclusão ao evidenciar que incluir “[...] não é negar as diferenças, mas desvendá-las no processo social, como diferentes do padrão, compreendendo esse padrão como uma referência construída pelos homens nas relações sociais. Incluir, então, implica em ‘desnaturalizar” (COSTA, 2000, p. 54).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M.; A. J. Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: CANDAU, V. M. (Org). **Linguagem**: espaços e tempo no ensinar e aprender.

In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), 10. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

AUAD, D. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

AZEVEDO, R. L. W.; FONSECA, A. F.; COUTINHO, M. P. L. da; SALDANHA, A. A. W. **Representações sociais da adolescente feminina acerca da sexualidade em tempos de AIDS**. *Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*. Niterói, v. 18, n. 3, p. 204-210, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/.pdf Acesso em: 12 de nov. de 2020.

BASTOS, O. M.; DESLANDES, S. F. **Sexualidade e o adolescente com deficiência mental**: uma revisão bibliográfica. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 389-397, abr 2005.

BOGDAN, R C; BIKLEN, S K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146**, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 05 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Cadernos Secad4. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*, Brasília: SECAD, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução nº. 196/96 versão 2012**. Disponível em: Acesso em: 30 jul. 2021.

BRITO, L. T. **Inclusão em educação, Gênero e Sexualidade**: Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro: 2013.

COSTA, Juliana da Silva. **Educação inclusiva e orientação sexual: dá para combinar? Psicologia**: ciência e profissão. Brasília, vol. 20, n.1, p. 50-57, mar. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-8932000000100007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 18 ago. 2021.

CURY, C. R. J. Vinte anos da lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). **Jornal de políticas educacionais**. V. 10, n. 20, 2016.

DALL'ALBA, Lucena. **Sexualidade e deficiência mental**: concepção do professor, 1992. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 1992.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1972). **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Joana M. Varela e Manuel M. Carrilho. Assírio & Alvim: Lisboa, Portugal.

DENIZE, C. O. de; ANTÔNIO, M. T. G.; PONTES, A. P. M. de; SALGADO, L. P. P. **Sentimentos e imagens na representação social da sexualidade entre adolescentes.** Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, oct./dec. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v13n4/v13n4a18.pdf> Acesso em: 13/01/2020.

EGYPTO, Antônio Carlos. **Orientação Sexual na Escola: um projeto apaixonante: o projeto de orientação na escola.** (org). Clara Regina Rappaport. São Paulo. EPU, 1981.

FINGER, A. **Análise de conteúdo.** 2 ed. Editora: Liber: Brasília, DF: 2007.

_____. O Sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Universitária, 1995. p. 231-239.

FRANCA, F. F. **Representações sociais de gênero e sexualidade na escola: diálogo com educadoras.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Paraná: 2014.

FRANCO, M. L. P. B. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar.** Cadernos Secad4. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf Acesso em: 19 de fev. de 2021.

FURLANI, J. **Encarar o desafio da educação sexual na escola.** In: *Sexualidade/Secretaria do Estado da Educação*: SEED: Leopólis/PR, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso.** São Paulo: Atlas, 2009.

GLAT, R.; FREITAS, R. C.. Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. In: GLAT, R; FREITAS, R. C. **Questões atuais em Educação Especial**, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. v. 2.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

JODELET, D. Representações sociais no campo da Educação. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura.** Petrópolis: Vozes, 2008.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. **Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas.** Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 3, 2012, p. 635-655. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/03.pdf> Acesso em: 01 de jan. de 2021.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOSCOVICI, S.; NEMETH, C. Minority influence. In: NEMETH, C. (org.). **Social psychology: classic and contemporary integrations**. Chicago: Rand McNally, 1974.

PINHEIRO, Silvia Nara Siqueira. **Sexualidade e Deficiência Mental**: Revisando Pesquisas. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v. 8 n.2 ,p. 199-206, 2004.

PRIOSTE, C. D. **Educação Inclusiva e Sexualidade na Escola- Relato de caso**. *Estilos da Clínica*, São Paulo, Vol. 15, nº 1, 14-25, 2010.

SAMPAIO, Iliane Esnarriaga. **Percepção de mães sobre a sexualidade de seus filhos deficientes mentais**. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 1995.

SANTOS, D.B. C. dos S.; ARAUJO, D. C. Sexualidades e Gêneros: Questões Introdutórias. In: PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – Leópolis/PR, 2009.

SANTOS, R. A. dos. **A voz dos estudantes com deficiência intelectual**: rebatimentos dos tempos de escola na construção identitária. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

SAWAIA, B. B. Representação e ideologia – o encontro desfeticizador. In: SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Editora: Brasiliense. São Paulo: 1994.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação** – Tomo I. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia, educação e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular; 2021.

SOBRE OS (AS) AUTORES (AS)

Edeson dos Anjos Silva - Pós-Doutorando em Ciências das Religiões (Faculdade Unida de Vitória). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santos (UFES).

Rogério Drago - Pós-Doutorado em Educação PPGE – UFES. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

Gilmar Barbosa dos Santos Filho - Mestrando em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Claudete Beise Ulrich - Pós-Doutorado em Educação PPGE – UFES. Professora da Faculdade Unida de Vitória.